

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Braille no processo de ensino aprendizagem de crianças com deficiência visuais nas escolas publicas*

INCLUSIVE EDUCATION: Braille in the teaching-learning process of visually impaired children in public schools

Denize da Silva Conceição**
Regiane Sousa Martins Gomes***
Claudia de Oliveira Vale****

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO

Sabe-se que a educação é responsável pela transformação e desenvolvimento social do indivíduo. Diante dessa concepção, abordamos o tema Braille no processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência visual nas escolas públicas através da curiosidade em saber como crianças com deficiência visual passam pelo processo de ensino aprendizagem nas referidas escolas. Esse artigo tem como objetivo principal descobrir de que forma as escolas públicas aderem essas crianças para o processo de aprendizagem. No qual é aderido de forma que o professor não tem especialidade adequada, mas, inclui a criança dentro dos padrões que oferecido pela escola. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica trazendo um pouco da história e trajetória desses indivíduos na sociedade em geral e o processo educativo até os dias de hoje. A pesquisa mostrou que necessita mais professores atuante na área do Braille, juntamente com a família, escola e sala de aula, que a especialização do professor ainda é escassa na área do Braille. Dessa forma interferindo na aprendizagem do aluno, esse artigo baseia-se nas ideias e concepções de autores como: Amiralian (1997), Carvalho (1994), Roveda (2007), Santos (2020, 2017), Vygotsky (1997) entre outros que trazem uma gama de conhecimento acerca do assunto em questão.

Palavras-chave: Braille. Educação Inclusão. Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

It is known that education is responsible for the transformation and social development of the individual. Given this conception, we approach this theme through the curiosity to know how visually impaired children go through the teaching-learning process in public schools. After a presentation of an academic work, from which we chose the Braille theme, we had the desire to investigate how this educational process occurs. Therefore, this article has as its main objective to discover how public schools adhere these children to the learning process. For this, bibliographical research was carried out bringing a little of the history and trajectory of these individuals in society in general and the educational process until the present day. Since the beginning, throughout human history, man comes from the need to feel included and integrated in order to live and survive with other beings. However, this happens when each being grows and lives with respect for their spaces, intellectual capacities and knowledge exchange needs. Education is the apex of this transformation. Therefore, every human being needs to be inserted in the educational context for the search for knowledge with an education that fits all levels of difficulty of each individual. The research is based on the ideas and conceptions of authors such as: AMIRALIAN (1997), Carvalho (1994), Roveda (2007), Santos (2020, 2017), Vygotsky (1997) among others who bring a range of knowledge about the subject in question.

Keywords: Braille. Education. Inclusion. Teaching-learning.

* Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

** Graduada do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: regianelenolannaivanka@gmail.com.

*** Graduada do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: silvadenizec20@gmail.com.

**** Mestra em Educação, pelo Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE/UFMA. Especialista em Educação Especial, Inclusão e Libras, pela Universidade Uniasselvi. Especialista em Gestão Escolar pelo Centro de Ensino de Planejamento e Avaliação do Maranhão – CAPEM. Pedagoga, graduada pela Universidade Federal do Maranhão. Interprete de Língua Brasileira de Sinais, SEEDUC/MA. Professora do Instituto Superior Franciscano- IESF

1 INTRODUÇÃO

No decorrer desse trabalho, serão abordados tópicos dos quais sanarão todas as dúvidas referente a esse assunto.

Diante disso vemos que os estudos sobre a educação infantil Braille no Brasil, são bastante recentes no Estado Brasileiro; visto que a continuidade dada à educação infantil surgiu com a Constituição de 1988, quando pela primeira vez, tivesse regulamentado em um documento oficial o dever do Estado garantindo seus direitos a educação infantil, em creche e pré-escola, com crianças até 5 anos (BRASIL, 1988). Entretanto, está trilhando um trajeto mais difícil para obterem seus direitos mínimos garantidos por lei, uma vez que, conforme destaca Correia (1999) nem sempre foi possível que ocorresse esta possibilidade, vindo que na idade antiga eram comuns essas práticas de exclusão das crianças que nasciam com alguma deficiência visual.

Sendo que na era moderna, no Século XXI, com as políticas públicas de inclusão, é possível nunca antes imaginados perceber garantia de direitos da pessoa com deficiência, a exemplo da presença de crianças cegas matriculadas, com grande intensidade, no ensino regular, sobretudo nas escolas públicas.

O sistema Braille no ensino brasileiro estimula a criança cega na rede de ensino a aplicabilidade do braille no ensino fundamental, médio e superior e elaboração de projetos confeccionados para ajudar no processo de ensino e aprendizado de alguns alunos cegos.

Será abordado neste a aplicabilidade deste sistema de leitura e escrita tátil para os deficientes visuais portanto, o uso Braille recurso metodológico para o processo de ensino e aprendizagem de pessoas cegas deve ser estimulado desde a educação infantil e, desenvolvido ao longo de todas as demais etapas da educação básica, para que ao adentrar no ensino superior, o aluno com deficiência visual não apresente dificuldades na comunicação escrita e leitura.

O sistema Braille, não é um sistema de escrita e leitura convencional, mas é essencial para que pessoas cegas sejam incluídas.

A dificuldade na falta do professor de braille é notória no Brasil, com essa razão podemos abordar que os professores não sabem o Braille, e tem poucos professores com especialização na área, e por consequência não irá oferecer, pois não domina o sistema braille. Logo a falta de material e livros em célula braille dentro das escolas públicas é notório, não existe está inclusão, os alunos com está deficiência visual não recebem os livros de forma correta, ou quase sempre não existe material adequado para entregar aos alunos, impossibilitando de desenvolver a aprendizagem. Portanto, esse trabalho busca averiguar de que forma essas crianças são inclusas nesse sistema de ensino.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Quando nós nos referimos sobre a inclusão, nos remete a ideia de direito a diferenças e desigualdade, porém sabe-se que nem sempre esses direitos são inteiramente assistidos, por mais que constantemente sejam assuntos de pautas e discussões nos dias atuais.

O ser humano tem a necessidade de se socializar em conjunto, entretanto, não significa que abra mão da sua individualidade, pelo contrário, só se faz sentido de está em conjunto quando seu espaço é preservado.

Incluí é, portanto, dá espaço para as diferenças, tornando todo ser incluso independente das suas particularidades. Dando a todos o direito a oportunidade e igualdade.

Quando se trata de colocar em prática essa inclusão nas escolas públicas, exatamente na educação infantil, o aluno passa por sérias dificuldades, que começam desde amparo assistencial ao professor capacitado, especificamente na aprendizagem da criança. Vendo que a maioria dos educadores não possuem formação continuada para fazer a inclusão desse aluno na sala regular de ensino. Diante disso, é notório afirmar que a escola precisa repensar seus espaços, tempos, profissionais e seus recursos pedagógicos, buscando sempre o aperfeiçoamento voltado para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, só assim se faz uma escola inclusiva. Nessa concepção de escola inclusiva, e diante do que afirma a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, frisa que: “A inclusão escolar deve ter início na educação infantil, quando de desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global”. (BRASIL, 2007).

Logo, se faz necessário que a escola proponha a guiar-se nesse princípio, se adequando entre o meio através de políticas públicas de inclusão, buscando sempre a inserção de toda classe social.

A escola precisa repensar sobre que tipo de sociedade ela pretende construir, pois ela tem participação direta na formação do caráter social do indivíduo e conseqüentemente o poder de intervenção pelos mecanismos da educação.

A escola reflete a sociedade e, tanto os professores como os alunos, trazem para dentro dela todas as suas contradições. Nosso modelo econômico capitalista é por natureza, excludente e concentrador. A disputa pelo máximo lucro é a força principal que o move. E no Brasil, devido às suas características históricas peculiares, esta disputa assume uma dimensão quase grotesca: uma minoria abocanha a maior parte da renda e da propriedade, enquanto a grande maioria da população tem que sobreviver com uma renda salarial aviltante e um trabalho precarizado. (SILVA, 2019; PEDRO, 2019; JESUS, 2019).

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiências diversificadas: intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2007).

A escola como um ambiente inclusivo promove uma melhor integração social, o que afeta diretamente, através dos colegas, o desenvolvimento de

potencialidades. Portanto, a inclusão é uma luta árdua e contínua, para que o nosso próximo independente das suas necessidades e/ou mobilidades reduzida, sejam tratados com respeito e dignidade e integrados em todo meio social.

3 DEFICIÊNCIA VISUAL

3.1 Contexto histórico, definições e implicações

Durante muito tempo na história da humanidade, a deficiência visual passa por um período que era considerada para muitos como maldição. E durante muito tempo as pessoas que nasciam ou adquiriam esse tipo de anomalia sofria uma série de preconceitos, e muita das vezes eram submetidas a castigos aterrorizantes. Em algumas sociedades primitivas da época as pessoas deficientes visuais eram abandonadas e jogadas a própria sorte, outras eram inseridas em tribos inimigas para serem sacrificadas.

Situações como esta nos remete a análise do quão grande era o sofrimento pelos quais viviam as pessoas com deficiência visual na referida época. Logo, passavam por um sofrimento constante, onde muitos os viam como pessoas incapazes, onde quase ninguém reconhecia seus verdadeiros valores, provocando uma diversidade de sentimentos que iam desde a rejeição até à solidariedade e aceitação.

Segundo Roma (2018):

A China era comum os moradores do deserto serem cegos e como alternativa para ganharem a vida, a música era um meio e para tanto eles, que precisavam exercitar o ouvido e a memória. No processo cultural da antiga sociedade a rejeição era contemplada e o sacrifício de pessoas cegas era comum, pois elas eram consideradas inúteis para o trabalho e não atendiam às exigências sociais daquela época; desta forma o infanticídio de crianças que nasciam cegas era comum, assim também como o abandono dos que haviam perdido a visão na idade adulta, que ficavam entregues à própria sorte. Em Atenas e Esparta, as crianças com deficiência eram abandonadas nas montanhas, enquanto na Roma Antiga elas eram jogadas nos rios.

Vale salientar que: as sociedades egípcias valorizavam muito as pessoas com deficiência visual e foi e por muito tempo era conhecida como a terra dos cegos, pelo fato de que era comum encontrar um cego na cidade. Isso acontecia por conta da grande frequência de tempestades de areia que acabava por provocar infecções que vinham a resultar em cegueiras. Enquanto que o Egito idolatrava o corpo saudável, assim como a mente também precisaria está dentro desse padrão estabelecido por esta sociedade. Para tanto, o corpo precisa está em constante união com a mente saudável, uma vez, quando isso não ocorre, a pessoa é excluída totalmente dessa sociedade. Portanto, as pessoas com deficiência nessa época eram abandonadas por serem consideradas inúteis e que não serviam para o trabalho, já que essa sociedade a saúde física tinha que ser perfeita, ou o corpo saudável era um tipo de obrigação, uma vez que enfrentavam constantes guerras.

De acordo com Cobo, Rodríguez e Toro (2003, p. 125):

A sociedade sempre teve uma atitude ambivalente para com os cegos, ignorando-os na maioria dos casos ou venerando-os e acreditando que são possuidores de poderes especiais. A sociedade em geral considera o cego como uma pessoa amarga, condenada e indefesa.

De acordo com Roma (2018) no século XVIII a deficiência visual passa a ser vista sobre um olhar científico, de forma mais aprofundada. Nesse período começa o primeiro surgimento dos conhecimentos anátomo-fisiológicos acerca da compreensão do funcionamento e do cérebro.

Segundo Mianes (2020) sob o ponto de vista da medicina, os diagnósticos e os laudos médicos são os meios mais recorrentes de se definir os parâmetros da deficiência visual. E as causas decorrentes dessa anomalia são adquiridas através de fatores congênitos e hereditários.

A deficiência visual é congênita quando a criança já nasce com a anomalia, ou seja, criança já nasce com problemas na sua acuidade visual. Na maioria das vezes essa anomalia pode ser descoberta até mesmo na fase do pré-natal ou também por meio do teste do olhinho. A deficiência visual adquirida ocorre depois do nascimento, em virtude de acidentes, doenças degenerativas, infecciosas e até por meio de complicações cirúrgicas.

Percebe-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, no Brasil, das mais de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual:

- 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos);
- 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e permanente dificuldade de enxergar).

De acordo com Mianes (2020) as doenças consideradas oftalmológicas e as causas da cegueira passaram a ser estudadas dentro dos procedimentos clínicos, investigados e tratados dentro dos hospitais e consultórios médicos. A partir de então passou a ser conceituada pela medicina e para finalidades de políticas públicas da seguinte forma:

Cegueira: na qual acuidade no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica. Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2015)

Segundo Conde (2004):

O termo cegueira não é absoluto, pois reúne indivíduos com vários graus de visão residual. Ela não significa, necessariamente, total incapacidade para ver, mas, isso sim, prejuízo dessa aptidão a níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineira

A baixa visão ou visão subnormal é resultante do rebaixamento da acuidade visual proporcionando uma redução na capacidade de enxergar com clareza. A baixa visão pode ocorrer desde o nascimento, considerada como cegueira congênita ou em tempos mais tarde, denominada como cegueira adquirida ocorrendo por conta de alguma patologia ou erros de refração não corrigidos. Logo, ambas não podem ser corrigidas nem por óculos convencionais, lentes de contato ou até mesmo por mediação cirúrgica.

Assim Carvalho (1994, p.13) relata:

A baixa visão pode ocorrer em 3 níveis, que são: leve; moderado ou severo, e várias alterações podem influenciar nesta deficiência, que são decorrentes de fatores ambientais inadequados, de fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo.

A pessoa com baixa visão apresenta um resíduo de visão suficiente para ver luz e tomar direção a partir dela. É importante para criança com baixa visão a estimulação de sua visão residual, pois quanto mais for utilizada, maior é a probabilidade de um melhor funcionamento visual.

Para Amiralian (1997, p. 31):

[...] foi observado que sujeitos cegos, com idêntica acuidade visual, possuíam eficiência visual diversa, ou seja, sujeitos com a mesma medida oftalmológica de visão apresentavam diferenças na utilização do resíduo visual. Essa constatação tornou necessária uma concepção educacional de cegueira, que se caracterizou prioritariamente pela ênfase dada na deficiência visual não acuidade.

3.2 Deficiência visual em crianças

Entre as crianças cegas, há as que não podem ver nada e outras que têm apenas a percepção de luz. No entanto, algumas podem perceber claro e escuro e muitas das vezes reconhecer algumas formas, sendo muito importante para sua orientação e seu desenvolvimento no espaço, podendo ter precocemente habilidades de independência.

De acordo com Vygotsky (1997, p. 74):

[...] a cegueira é não apenas a falta da vista (o defeito de um órgão específico), senão que assim mesmo provoca uma grande reorganização de todas as forças do organismo e da personalidade. A cegueira, ao criar uma formação peculiar da personalidade, reanima novas forças, altera as direções normais das funções e, de uma forma criadora e orgânica, refaz e forma a psique da pessoa. Portanto, a cegueira não é somente um defeito, uma debilidade, senão também em certo sentido, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força (por estranho e paradoxal que seja!).

De acordo com Santos (2017) A área do desenvolvimento humano é dinâmica com mudanças biológicas e psicológicas que são mais vistas na infância, porém, ocorrem durante toda a vida. O desenvolvimento infantil inicia-se ainda na vida intrauterina envolvendo o crescimento físico, maturação neurológica, habilidades relacionadas ao comportamento, visando ter respostas as necessidades da criança e as do seu meio.

Ainda na concepção Santos (2017) é indispensável a intervenção dos pais e profissionais acontecer nos primeiros anos de vida da criança, na busca de desenvolver e estimular os sentidos remanescentes minimizando possíveis dificuldades encontradas durante esse processo. No entanto, é importante estimular o desenvolvimento da criança com deficiência visual através de atividades e objetos estimuladores, que promovendo experiências de interação, vendo que nem sempre

dispõem de materiais e profissionais capacitados para isso. Segundo o Ministério da Educação e Cultura - MEC (BRASIL, 2002a, p. 41):

As crianças com deficiência visual que tiveram a oportunidade de participar desde os primeiros meses de vida, dos programas de intervenção precoce aos quais os pais foram orientados ...nas primeiras interações, na comunidade, na construção do vínculo e no processo sensório motor, terão desenvolvimento praticamente semelhante ao das demais crianças.

Santos (2020) pontua que o desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência visual não está somente em ambientes físicos fechados, mas em toda área da qual disponha de atividades e objetos estimulantes que proporcionem experiências psicomotoras. No entanto é necessário que haja a interação, pois, nem sempre as crianças dispõem de materiais e profissionais capacitados para a intervenção.

Sabemos que a deficiência visual pode surgir por causas congênitas ou adquiridas. Entretanto, existem outras causas para o surgimento dessa deficiência na infância, das quais são provocadas por vários fatores como: desnutrição, falta de vitamina A no organismo, e de um mal higiene, provocando o tracoma, doença inflamatória na região ocular causada por bactérias, e propicia em regiões com maior índice de pobreza. O tracoma é apontado como a segunda maior causa de cegueira do mundo (ROVEDA, 2007).

Roveda (2007) ressalta que a identificação da deficiência visual em bebês, quando não evidenciada por aspectos físicos, deverá ocorrer ao exame clínico isso de acordo com a (OMS, 1994). Em casos em que há suspeita médica, a pesquisa será feita pelo profissional de saúde que está participando diretamente do caso. Mesmo quando em primeiro momento aparentemente não se ver razão para tal suspeita, o autor fomenta que, é uma possibilidade a existir, considerando necessário que o exame oftalmológico deveria ser acessível à toda e qualquer criança após seu nascimento, fazer isso como qualquer outro teste obrigatório, ou até mesmo ser efetivado em cada bebê ao nascer, principalmente em bebês nascidos com menos de 36 semanas de gestação.

As pessoas que apresentam a visão subnormal possuem dificuldades em realizar atividades que utilizam de sua capacidade física, porém, torna-se por realizar leituras por meio da ampliação com aparelho ópticos proporcionando uma visão ampliada da imagem. Diante disso a deficiência visual não significa que a pessoa seja totalmente incapacitada de ver. Dessa forma existe pessoas com vários graus de visão, que vão desde a capacidade de contar os dedos a curta distância e outras que têm a distinta definição de claro e escuro. Logo, essa heterogeneidade de causas que a pessoa adquiriu a deficiência, refletem no processo de desenvolvimento dela. Nessa concepção alguns autores determinam essa deficiência adquirida até os 5 anos como forma congênita.

Para Gil (2000, p.21):

A criança deficiente visual (cega ou baixa visão) desde o início sofre limitações em suas possibilidades de apreendi mundo externo e adaptação do meio. Ela precisa contar com as pessoas disponíveis para ajudá-la a explorar o mundo e a elaborar suas próprias informações, usando os demais órgãos dos sentidos - audição, olfato, tato e paladar para ganhar auto confiança e senso de equilíbrio.

4 O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO SISTEMA EDUCACIONAL

No âmbito escolar, a inclusão deve estar sempre presente, afinal a educação é direito de todos independente de sua deficiência. É uma maneira cidadã de se pensar e que entrega todos dentro da sociedade buscando a igualdade (BALSANELI; TREVISIO, 2015, p. 159).

Todos os meninos e meninas tem direito a educarem-se em um contexto comum, que assegure sua futura integração e participação na sociedade. O direito da educação não significa somente acesso a ela, como também, que essa seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais (BRASIL, 2005, p. 09).

De acordo com Balsaneli e Treviso (2015) a inclusão é uma busca pela igualdade e justiça social, contribuindo para uma democracia mais igualitária propagando a democracia. Nesse contexto a criança com deficiência visual necessita desse processo integrador para se interagir no que emerge o contato direto com as diferenças e culturas alheias. No entanto faz parte de um processo que busca a justiça e igualdade social, promovendo a democracia e um meio social mais integrado. Diante disso, a inclusão se dá como uma afirmação da identidade das crianças, dando-lhes liberdade e independência. Nessa concepção, vale ressaltar a importância de incluir esse aluno nas escolas regulares, pois, a partir dessa inclusão o aluno com deficiência visual interage com outras crianças adquirindo grandes descobertas e produzindo conhecimentos acerca de sua cultura e a cultura do próximo. Por tanto, esse processo de engajamento dentro do âmbito educacional, torna-se cada vez mais eficaz para desenvolvimento infantil.

As escolas inclusivas favorecem o desenvolvimento de atividades de solidariedade, cooperação e o respeito e a valorização das diferenças, o que facilita o desenvolvimento de uma cultura de paz e de sociedades mais justas e democrática. A educação na diversidade é meio essencial para desenvolver a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, que são os fundamentos do pluralismo, a convivência e a democracia. Por isso, é fundamental que as escolas, que são instâncias fundamentais para a socialização dos indivíduos, ofereçam a possibilidade de aprender e vivenciar esses valores (BRASIL, 2005, p. 10)

Sobre a inclusão dos alunos com deficiência visual Ribeiro (2017) destaca que:

A inclusão de alunos com deficiência visual (DV) no sistema regular de ensino vem aumentando a cada ano, ampliando assim, a necessidade da escola de estar preparada para receber esses alunos de forma inclusiva, acolhedora e afetuosa. Segundo INEP/MEC 2016, o número de matrículas na educação especial no âmbito da educação básica passou de 325.136, em 2007 para 750.983, 2015. Com isso, ainda de acordo com o INEP/MEC, 56,6% das escolas brasileiras possuem em 2015 alunos com deficiência incluídos em escolas regulares, enquanto em 2008 eram apenas 31% das escolas (RIBEIRO, 2017, p.9)

Ainda sobre a inclusão desse aluno DV, diante da Constituição Federativa do Brasil e seu direito a integração nas salas de aulas, Ribeiro (2017), ressalta o que os garante a Lei de Diretrizes e Bases:

No entanto, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de (1988) e com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, Lei de nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. As pessoas com deficiência passam a ter pleno direito de acesso e permanência no âmbito escolar, devendo ser proporcionada uma educação digna a todos os educandos (RIBEIRO, 2017, p. 9).

Diante disso, é importante que a escola venha proporcionar meios para realizar essa total integração do aluno na sala de aula, pois toda criança independente de sua mobilidade têm pleno direito de fazer uso de uma educação de qualidade.

4.1 A importância do Braille para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência

O Braille têm grande importância no processo de ensino aprendizagem da criança cega. Logo, a pessoa cega só poderia dispor de contato com a leitura e a escrita através de materiais que tenham relevo em Braille. No entanto, seja por falta de materiais transcritos para o sistema Braille ou até mesmo professor capacitado para a transmissão desse conhecimento, a pessoa cega ainda enfrenta sérias dificuldades nessa aquisição, implicando na inclusão desse aluno.

Durante muito tempo a leitura tem viés importância para todo indivíduo: “A leitura é uma aliada poderosa do desenvolvimento pessoal. E faz diferença quando o assunto é inclusão”(GISELE, 2007).

Tempos atrás, acreditava-se que as pessoas cegas eram impossíveis de serem educadas ou alfabetizadas. As pessoas nessa época, tinha a convicção que na maioria das vezes os cegos que se sobressaiam na sua inteligência, era por conta de poderes espirituais ou sobrenaturais.

A primeira iniciativa de promover a educação das pessoas cegas, se deu no ano de 1784 como destaca os autores (BARBOSA; SILVA; SOUZA, 2019):

O francês Valentin Haüy, fundou em 1784, em Paris, uma instituição para cegos que, pela primeira vez, era concebida como centro educativo. Sua iniciativa consistiu em registrar as formas originais das letras do alfabeto convencional em alto relevo para percepção tátil. Entretanto, o grande passo em direção a total inserção dos cegos no mundo da palavra escrita de deve a obra do francês Louis Braille (1809-1852).

Valentin Haüy, fundou o Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, que era concebida como centro educativo das pessoas com deficiência visual. O instituto proporcionava as formas mais originais das letras do alfabeto convencional em alto relevo para a percepção tátil.

Segundo Lira e Schlindwein (2008, p.175) as primeiras tentativas para a criação de métodos que permitissem aos cegos o acesso a linguagem escrita utilizavam fundição de letras em metal, caracteres recortados em papel, alfinetes e

diversos tamanhos pregados e almofadas, mas estes só permitiam a leitura de pequenos textos, enquanto a escrita era impossível de se realizar.

No século XIX o Francês Louis Braille, perdeu a visão quando tinha 15 anos de idade, mediante a falta de visão superou suas dificuldades na criação do Braille, o sistema de escrita para deficientes visuais. O sistema expandiu-se por todas as áreas e o Brasil foi um dos pioneiros a incluir o Braille no sistema de ensino aprendizagem na modalidade de escrita.

O sistema Braille permite que indivíduos cegos saíssem do seu mundo específico, para compartilharem de forma mais abrangente, esferas comuns de realidade com os outros indivíduos da cultura [...]. Os indivíduos cegos encontram no Braille a ferramenta que lhes permitiu construir uma nova individualidade histórica, todo um mundo amplo a ser descoberto na ponta dos seus dedos, numa resolução semiótica levada a cabo por apenas seis pontos de relevo. (BELARMINO, 2004, p. 5)

Balsaneli e Treviso (2015) ressalta que a leitura por meio do Braille proporciona uma visão de maior mundo aos deficientes físicos. Logo o Braille é uma importante ferramenta para os deficientes visuais, pois através desse método de leitura, eles passam a depender o mínimo possível da ajuda dos olhos de outras pessoas.

Santos (2007) destaca que na década de 50, ocorreram as primeiras experiências de aluno com deficiência visual em classes regulares na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Na Bahia essas experiências ocorreram em 1959, as quais se constituem referência no atendimento ao aluno com deficiência visual.

De acordo com os Parâmetros Curriculares (PCN's) é necessário que se faça uso de determinados materiais para o ensino aprendizagem de crianças com deficiência visual:

Para alunos com deficiência visual: Sistema alternativo de comunicação adaptando as possibilidades do aluno: Sistema Braille, tipos escritos ampliados, Máquina de Braille, reglete, soroban, bengala longa, livro falado etc. Material didático e de avaliação em tipo ampliado para alunos com baixa visão em Braille e relevo para os cegos, Braille para alunos e professores videntes que desejarem conhecer o referido sistema. (BRASIL, 1998, p. 45)

A criança que possui de deficiência visual aprende de maneira diferente. Durante o processo de escolarização é cabível dispor de recursos que facilitem o processo de ensino aprendizagem desses alunos.

Vale salientar que um deles é o código Braille, em combinação com outros como: computadores e aparelhos eletrônicos. Esses recursos são essenciais para pessoas com deficiência visual ou baixa visão. Entretanto, é perceptível que em algumas escolas públicas não oferecem esses tipos de recursos para essas pessoas. Com isso torna-se difícil a inclusão do deficiente visual nas instituições de ensino regular no nosso país.

Uma dos meios que podemos destacar para a melhor aprendizagem do aluno com deficiência visual, são o uso de materiais pedagógicos, e que podem ser confeccionados com baixo custo benefício e que conseguem transmitir ao aluno uma aprendizagem significativa, entre eles estão os recursos feitos de materiais reciclados como o **jogo da velha**, que pode ser feito com papelão, isopor, madeira e peças de encaixe, e a **cela Braille** que pode ser confeccionado com caixas de papelão, vidro de desodorantes e embalagens de ovos (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

Figura 1 - Cella Braille



Fonte: SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina(2007)

Figura 2 - jogo da velha



Fonte: SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina(2007)

4.2 Formação de professores no ensino de Braille para a aprendizagem do aluno com deficiência visual.

Estudar Braille envolve mais do que aprender um código. Apresenta a responsabilidade de instruir, orientar futuros professores sobre as questões políticas, didático- pedagógicas, linguísticas, acerca da pessoa cega ou com baixa visão. O curso do Braille, sendo ele fundamental para os profissionais da educação, saúde, familiares com pessoas deficientes visuais, ou até mesmo pessoas que queiram desenvolver habilidades comunicativas, através da grafia Braille, ou independente da área que for atuar.

O professor deve atentar às peculiaridades do sistema Braille para que o ensino aprendizagem seja satisfatório.

A permanência do aluno na escola, preferencialmente na rede pública e regular de ensino, sabemos que ainda existem alguns obstáculos para isso. Pois existe muitas questões que surgem de maneira recorrente que são a falta de capacitação de professores e educadores para lidar com esses alunos cegos ou de baixa visão, a ausência ou de equipamentos adaptados e acessíveis que possibilitem um desenvolvimento escolar adequado, além de ambientes que pouco favoreçam a verdadeira inclusão.

A formação dos professores em Braille, que são empregados em conceituar cegueira e baixa visão, identifica os grupos que compõem a deficiência visual. “O professor que ensina alunos cegos deveria conhecer e experimentar a forma como as pessoas com deficiência visual reorganizam a informação por meio de outros canais sensoriais. Segundo Almeida (2001, p. 297):

O alfabetizador tem de conhecer o educando que está diante de si e sobre o qual recai sua atuação pedagógica, no preparo, na coerência da prática docente podem-se encontrar soluções para grandes problemas. O educador, principalmente aquele que alfabetiza, além do embasamento teórico, tão necessário, precisa atingir a confiança do seu aluno, firmando entre ambos um nexó saudável de comunicação.

Conhecendo a estrutura básica da formação das letras em Braille, a princípio do desenvolvimento do aluno, a compreensão das técnicas para estimular a coordenação motora da escrita em Braille, produzem matérias que sejam adaptáveis para o uso dos estudantes com deficiência, pratica a escrita e aprendem a simbolização da matemática e as técnicas para o uso do ábaco como contador mecânico para os alunos deficientes. Para atender com qualidade os alunos com deficiência visual ou baixa visão, é fundamental o preparo do docente para conhecer as ferramentas que pode utilizar no dia a dia para garantir um ensino de qualidade.

De modo geral, as escolas têm conhecimento das leis acerca da inclusão, e da obrigatoriedade da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, ainda existe a falta de estrutura necessária e suportes necessários que para que haja essa implementação no contexto educacional. Portanto, sabemos que há uma triste realidade a sobre as condições profissionais na sala de aula, que abrange desde educadores despreparados para ensinar esse público alvo ei grande número de alunos nas salas de aula, principalmente da rede municipal de ensino.

O educador precisa se capacitar para ofertar a esses alunos um ensino direcionado a suas necessidades. Diante disso, é necessário uma atenção voltada a esses profissionais, no que abrangem sua prática pedagógica para que favoreça a aprendizagem de todos os alunos.

De acordo com o MEC, as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso a currículo: b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7)

O governo precisa investir diretamente na formação continuada desses docentes, através de políticas públicas voltadas ao preparo desses profissionais com metodologias educacionais ativas, voltados a todos os alunos sem exceção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor do sistema Braille deve ser resgatado com o mesmo empenho que os professores traçam ações para melhorar a leitura e escrita dos alunos que enxergam, os mesmos esforços deveriam ser aplicados para que os que necessitam aprender ou ensinar por meio do Braille.

E evidente que a pessoa cega, só poderia dispor de contato real com a escrita, através do Braille. Fazendo uso desse sistema a pessoa com deficiência visual é possibilitado a compreender e interpretar adequadamente cada sinal através do manuseio com os códigos em relevo que o Braille oferece.

É importante que para fazer a inclusão do aluno com deficiência visual, a escola precisa investir em materiais e métodos que atendem as suas reais necessidades para que não tenha sua aprendizagem prejudicada. Do mesmo modo, a escola precisa insistir na mudança de atitude dos profissionais da educação, os preparando para o uso dos materiais em Braille para que melhor desenvolvam a aprendizagem e conseqüentemente consigam propor uma alfabetização de qualidade.

No entanto é viável que o governo proponha políticas públicas educacionais frente ao exercício do direito á educação, voltadas a realização da total inclusão desse aluno na sala de aula das escolas públicas ou privadas .

Diante disso, a política educacional inclusiva propõe-se a organizar o acesso à educação a fim de atender às necessidades específicas dos alunos. A garantia dessa acessibilidade ocorre por meio de uma educação voltada para a valorização das especificidades de cada indivíduo.

Se tratando de educação especial sob a perspectiva da política de inclusão, especificamente para alunos com deficiência visual, na promoção do acesso às mesmas informações do aluno vidente, a adaptação de livros didáticos e paradidáticos facilita, e muito, esse processo, porém é apenas uma das ferramentas que possibilitam a inclusão; é preciso, ainda, a fim de dar continuidade ao processo de inclusão e garantir uma educação de excelência para todos.

O processo de formação de crianças possui várias características peculiares por se tratar de algo que envolve aspectos diferenciados, desde o uso de um alfabeto reproduzido em relevo e códigos distintos, até a adequação minuciosa de um contexto alfabetizador, sendo as principais diferenças identificadas na forma de percepção que possuem em relação as letras e números.

Conseguimos perceber que dentro da pesquisa bibliográfica ainda existem falhas na inclusão do professor, sala de aula, escola e familiares. Por não melhorar a especialização do Braille da parte do professor faz com que o Braille para o aluno seja mais tardio na aprendizagem de sucesso, mas, existe oportunidades de melhoras dentro da educação que possa ser tratada com mais vigor.

Por fim é preciso melhorar a organização do sistema escolar em seus aspetos pedagógicos e administrativos (refletir por meio de avaliações, práticas e diálogos mais inclusivos, tempos para a aprendizagem mais flexíveis). Pensar numa escola para todos, sem subdivisões, com formação profissional, valorização das interdependências (fazer com o outro), para que as políticas públicas possam ser efetivadas e as ofertas da escola possam ser referência e tão valorizadas como a instituição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. S. Alfabetização da Pessoa Cega. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE O SISTEMA BRAILLE, 1., 2001, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: MEC, 2001.
- ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. **Prontidão para Alfabetização através do sistema braille**. Apostila Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, 1995.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. **A construção do eu de crianças cegas congênitas**. *Natureza Humana*, 9(1), 129-153. 2007.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. **A integração dos deficientes visuais**: Aspectos psicológicos e sociais. *Boletim de Psicologia*, 40(92/93), 61-64, 1990.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. **O psicólogo e as pessoas com deficiência Visual**. Em E. A. F. S. Masini (Org.). *Do sentido, pelos sentidos, Para o sentido: sentidos das pessoas com deficiência sensorial* Niterói, RJ: Intertexto, 2002, p. 201-208.
- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em URL:
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> .:
- BALSANELI, Eloisa Monteiro, TREVISIO, Vanessa Cristina. Crianças com Deficiência visual e o Braille. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 2 (1): 155-168, 2015.
- BARBOSA, Luciane Maria Molina; SILVA, André Luiz da; SOUZA, Mariana Aranha de. **O sistema Braille e a formação do professor: o acesso à leitura e a escrita por pessoas cegas**. *InFor, Inov. Form.*, Ver. NEaD-Unesp, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 49-71, 2019. ISSN 2525-3476.
- BELARMINO, J. **Aspectos Comunicativos da Percepção Tátil**: A escrita em Relevo Como Mecanismo Semiótico da Cultura, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com Necessidades educacionais especiais**, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.
- CARVALHO, Francisca Cléa Almeida de. **A inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular e o uso das ferramentas pedagógicas na aprendizagem**. 2011.
- CARVALHO, Keila Miriam M. [et al]. **Visão Subnormal**: orientações ao professor do Ensino regular: 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- CARVALHO, M. D. **A Política Estadual Maranhense de Educação Especial (1997-2002)**. (tese de doutoramento em Educação). Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba. 2004.

COBO, Ana Delgado; RODRÍGUEZ, Manuel Gutiérrez; BUENO, Salvador Toro. In: MARTÍN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro (Org.). **Deficiência Visual: Aspectos Psicoevolutivos e Educativos**. Santos (SP): Santos, 2003, p. 97-113.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

DA SILVA BRITO, Alane; BARTZ, Adriane de Lima Vilas Boas. a educação e o processo de compensação do aluno cego e de baixa visão na escola. **Anais do III Congresso Internacional de Educação do Sudoeste do Paraná: Desafios Contemporâneos**. 26 out 2018.

GIL, M. **Deficiência visual**. Ministério de Educação. Secretaria de educação a Distância. Brasília: MEC, 2000.

GIL, Marta (Org.). **Deficiência Visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. (Cadernos da TV Escola).

GISELE, C. **A leitura é uma aliada poderosa do desenvolvimento pessoal**. E faz diferença quando o assunto é inclusão. 2007. Rede Saci. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=19887>. Acesso em: 16 abr.2015.

LIRA, M. C. F.; SCHLINDWEIN, L. M. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Caderno Cedes**, 28(75), 171-190. 2008.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. SEESP/SEED/MEC, Brasília/DF, 2007.

SILVA, Berenice Maria Dalla Costa da. PEDRO, Vanize Dalla Costa, JESUS, Eliane Maria de; **Educação Inclusiva**, 2019.

SILVA, L. G. Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego, em classe Regular. In: MARTINS, L. de A. R., Pires, J., Pires, G. N. da L., & Melo, F. R. L.V. (Org.) **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2006.

RIBEIRO, L. O. M. **A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar: Afetos e práticas pedagógicas**, 2017.